

CONVENÇÃO COLETIVA DE TRABALHO 2010-2011

A FEDERAÇÃO DOS TRABALHADORES NAS INDÚSTRIAS DE CARNES E DERIVADOS, INDÚSTRIAS DA ALIMENTAÇÃO E AFINS DO ESTADO DE SANTA CATARINA, inscrita no CNPJ sob nº. 78.664.620/0001-12, representada por seu Presidente, Sr. Miguel Padilha, e a FEDERAÇÃO DAS INDÚSTRIAS DO ESTADO DE SANTA CATARINA, inscrita no CNPJ sob nº. 83.873.877/0001-14, representada por seu Presidente, Sr. Alcantaro Corrêa, firmam, entre si, a presente **CONVENÇÃO COLETIVA DE TRABALHO**, para que as cláusulas e condições a seguir enumeradas disciplinem as relações de trabalho entre as empresas abrangidas e seus empregados, igualmente inorganizados em Sindicato.

CLÁUSULA 1ª - ABRANGÊNCIA

As normas constantes deste instrumento, abrangem as empresas das categorias econômicas do 1º Grupo - Indústrias de Alimentação, do Plano de Enquadramento Sindical, anexo ao art. 577 da CLT, inorganizados em Sindicato, representadas pela FIESC e seus respectivos trabalhadores, se igualmente inorganizados, representados pela FETIAESC, de conformidade com o art. 611, parágrafo 2º da CLT.

CLÁUSULA 2ª - REAJUSTE SALARIAL

Os salários dos integrantes da categoria profissional serão reajustados em 1º de dezembro de 2010 pela aplicação do índice correspondente a 6,5% (seis vírgula cinco por cento), permitida a compensação de adiantamentos legais ou espontâneos pagos no período de 1º de dezembro de 2009 a 30 de novembro de 2010, salvo os decorrentes de promoção, término de aprendizagem, transferência de cargo, função, de estabelecimento ou de localidade.

Parágrafo 1º- A eventual diferença apurada pelas empresas poderá ser quitada na folha de pagamento do mês de março, ou seja, até o 5º dia útil do mês de abril de 2011.

Parágrafo 2º- Os empregados admitidos após dezembro de 2009, terão seus salários reajustados de forma proporcional aos meses trabalhados, observado o princípio da isonomia, de forma que nenhum trabalhador mais novo na empresa venha a ter salário superior ao mais antigo na mesma função, considerando-se sempre, como parâmetro máximo, o salário reajustado daquele paradigma que já estava empregado no mês de dezembro de 2009.

CLÁUSULA 3ª - PISO SALARIAL

Fica estabelecido o piso salarial, em janeiro de 2011, no valor de R\$ 695,00 (seiscentos e noventa e cinco reais), para os integrantes da categoria profissional, excetuados os aprendizes.

Parágrafo Primeiro - As empresas que fundamentadamente, não tiverem condições de cumprir o piso salarial estabelecido no *caput*, poderão realizar Acordo Coletivo específico com a FETIAESC, visando adequação do piso salarial a sua realidade.

Parágrafo Segundo - Inviabilizada a negociação coletiva, fica a empresa obrigada a cumprir o valor estabelecido no *caput*.

CLÁUSULA 4ª - ACORDOS

As empresas que tenham, eventualmente, firmado Acordos Coletivos de Trabalho diretamente com a Federação Profissional que ora convencionou, ficam excluídas da abrangência e dos efeitos da presente Convenção.

CLÁUSULA 5ª - DESCONTOS

As empresas abrangidas poderão efetuar descontos nos salários de seus empregados, seja a que título for, desde que expressamente autorizados pelos mesmos.

CLÁUSULA 6ª - HORAS EXTRAORDINÁRIAS

As horas extraordinárias efetivamente trabalhadas, serão pagas da seguinte forma:

- a) De segunda-feira à sábado, 55% (cinquenta e cinco por cento);
- b) Aos domingos e feriados não compensados, 110% (cento e dez por cento).

CLÁUSULA 7ª - JORNADA NOTURNA

Fica assegurado ao empregado que prestar serviço no horário noturno, compreendido entre as vinte e duas (22:00) horas e cinco (05:00) horas, um adicional de 25% (vinte e cinco por cento) sobre o valor da hora normal.

CLÁUSULA 8ª - HORAS EXTRAS HABITUAIS

As horas extras habituais serão incluídas no cálculo do 13º salário, férias e repouso semanal remunerado.

CLÁUSULA 9ª - SALÁRIO SUBSTITUTO

Admitido empregado para a função de outro dispensado sem justa causa, será garantido àquele, salário igual ao do empregado de menor salário na função, sem considerar vantagens pessoais.

CLÁUSULA 10 - AVISO PRÉVIO

Será de quarenta e cinco (45) dias e de sessenta (60) dias, o aviso prévio para empregados com mais de quarenta e cinco (45) anos de idade e, respectivamente, cinco (5) ou mais e dez (10) com mais anos ininterruptos de trabalho na empresa, que, no curso desta Convenção, vierem a ser demitidos sem justa causa ou pedirem demissão.

CLÁUSULA 11 - DISPENSA DO AVISO PRÉVIO

O empregado que for demitido sem justa causa e que no curso do aviso prévio, deseje afastar-se do emprego, fica dispensado do cumprimento do mesmo, recebendo o salário referente aos dias trabalhados.

O mesmo se aplica ao empregado que pedir demissão, se comprovar que obteve novo emprego, desde que garanta quinze (15) dias de trabalho no período de aviso prévio, se o empregador assim o desejar.

CLÁUSULA 12 - ABONO DE FALTA AO ESTUDANTE

Mediante aviso prévio de quarenta e oito (48) horas, será abonada a falta do empregado estudante, de todos os níveis escolares, no dia da prova obrigatória, prática ou teórica, desde que coincidente com o horário de trabalho e comprovada a sua realização.

CLÁUSULA 13 - UNIFORME

A empresa que exigir o uso de uniforme, fica obrigada a fornecê-lo sem qualquer ônus para seus empregados.

CLÁUSULA 14 - RESCISÃO POR JUSTA CAUSA

No caso de rescisão por justa causa, a empresa comunicará, por escrito, ao empregado, contra recibo ou mediante assinatura de duas testemunhas, o dispositivo legal no qual incidiu.

CLÁUSULA 15 - COMPROVANTE DE PAGAMENTO

A empresa fornecerá aos empregados, comprovante de pagamento, especificando as importâncias pagas e as deduções havidas.

CLÁUSULA 16 - GARANTIAS ESPECIAIS DE EMPREGO

Será garantido o emprego e o salário, nas seguintes condições:

- a) À empregada gestante, desde a comprovação da gravidez, até cento e oitenta (180) dias após o parto;
- b) Aos empregados optantes pelo regime do FGTS, durante os vinte e quatro (24) meses imediatamente anteriores à aquisição do direito à aposentadoria

por idade ou por tempo de serviço, desde que o empregado tenha mais de cinco (5) anos de trabalho na mesma empresa. Adquirido o direito, extingue-se a garantia;

- c) Ao empregado alistado para a prestação do serviço militar obrigatório, a partir do recebimento da notificação de que será efetivamente incorporado, até quarenta e cinco (45) dias após a sua desincorporação.
- d) Ao empregado que estiver ou vier a estar em gozo de auxílio-doença previdenciária não decorrente de acidente do trabalho, e desde que o afastamento seja superior a quinze (15) dias ininterruptos, até noventa (90) dias após a alta médica previdenciária;

Parágrafo Único - Em qualquer caso, o contrato poderá ser rescindido por pedido de demissão, acordo, justa causa, transferência ou encerramento das atividades da empresa, ou, ainda, a qualquer tempo, mediante o pagamento dos dias de garantias restantes.

CLÁUSULA 17 - INSTRUMENTOS DE TRABALHO

As empresas fornecerão, gratuitamente a seus empregados, os instrumentos de trabalho necessários ao exercício profissional, comprometendo-se os empregados a zelar pelo seu correto manuseio e a não levá-los para fora do local de trabalho.

CLÁUSULA 18 - COMPENSAÇÃO DAS ANTECIPAÇÕES SALARIAIS

As antecipações salariais concedidas na vigência desta Convenção, serão compensadas, exceto as decorrentes de:

- a) término de aprendizagem;
- b) implemento de idade;
- c) promoção por antigüidade e merecimento;
- d) transferência de cargo, função, estabelecimento ou localidade;
- e) equiparação salarial determinada por sentença transitada em julgado.

Parágrafo Único - As empresas comunicarão, por escrito, à FETIAESC, as antecipações salariais espontaneamente concedidas.

CLÁUSULA 19 - ANTECIPAÇÃO DO 13º SALÁRIO

Ao empregado que entrar em gozo de férias, será concedida a antecipação prevista em lei, se assim o desejar, independentemente do prévio requerimento.

CLÁUSULA 20 - MORA SALARIAL

O atraso no pagamento dos salários e das verbas rescisórias, observados os prazos estabelecidos pela Lei nº. 7.855, de 24/10/89, que alterou o art. 459 da CLT, implicarão no pagamento de multa de 0,2% (zero vírgula dois por cento) do valor líquido devido por dia de atraso, salvo quando, comprovadamente, o trabalhador der causa à mora.

CLÁUSULA 21 - MEDIDAS DE PROTEÇÃO

As empresas e o Sindicato Profissional, desenvolverão esforços no sentido de aprimorar as medidas de proteção ao trabalho, promovendo treinamentos e esclarecendo os empregados, devendo as empresas, sempre que possível, adotar as seguintes providências:

- a) no primeiro dia de trabalho do empregado, efetuar o treinamento com equipamentos de proteção, dando conhecimento das áreas perigosas e insalubres e informando sobre os riscos dos eventuais agentes agressivos de seu posto de trabalho.
- b) consultar o médico do trabalho da empresa, sobre a utilização de E.P.I. adequado.

CLÁUSULA 22 - PENALIDADES

Pelo não cumprimento de qualquer cláusula da presente Convenção Coletiva, a parte infratora pagará à parte prejudicada a multa correspondente a 8% (oito por cento) do valor do Piso Salarial (Cláusula 3ª, letra "a") por infração e por empregado.

Parágrafo Único - A multa só será devida 20 (vinte) dias após o recebimento de notificação escrita, encaminhada pela parte que se julgar prejudicada à parte infratora, exigindo o cumprimento da cláusula violada.

CLÁUSULA 23 - CONCILIAÇÃO DE DIVERGÊNCIAS

Havendo divergência entre os convenientes por motivo de aplicação das cláusulas desta Convenção, comprometem-se as partes a discuti-las com o objetivo de procurar um acordo, que será expresso em Termo Aditivo. Permanecendo, porém, a divergência, a dúvida será dirimida pelo Poder Judiciário, por iniciativa de qualquer das partes.

CLÁUSULA 24 - RENEGOCIAÇÃO

Durante a vigência desta Convenção, havendo necessidade, as partes de comum acordo poderão revê-la, firmando eventual termo aditivo.

CLÁUSULA 25 - REVISÃO DOS DISPOSITIVOS

Os dispositivos da presente Convenção serão totalmente revistos ao término de sua vigência, comprometendo-se a Federação profissional a encaminhar à Federação patronal o "Rol de Reivindicações", até o dia 10 de novembro de 2011.

CLÁUSULA 26 - VIGÊNCIA

A presente Convenção terá a vigência de 1 (um) ano, a contar de 01 de dezembro de 2010.

E por estarem, assim, justos e acordados, os representantes legais das entidades sindicais, assinam este documento em 2 (duas) vias, de igual teor, devendo a 1ª via ser encaminhada à SRT/SC para fins de registro.

Florianópolis, 02 de fevereiro de 2011.

MIGUEL PADILHA
Presidente
Federação dos Trabalhadores nas
Indústrias de Carnes e Derivados,
Indústrias da Alimentação e Afins do
Estado de Santa Catarina

ALCANTARO CORRÊA
Presidente
Federação das Indústrias do
Estado de Santa Catarina

Termo Aditivo a Convenção Coletiva de Trabalho 2010/2011, firmado entre a Federação dos Trabalhadores nas Indústrias de Carnes e Derivados, Indústrias da Alimentação e Afins do Estado de Santa Catarina - “FETIAESC” e a Federação das Indústrias do Estado de Santa Catarina - “FIESC”.

CONTRIBUIÇÃO CONFEDERATIVA

Através deste as Empresas deverão descontar de todos os seus empregados, associados e não associados, abrangidos pelo presente instrumento, a título de **CONTRIBUIÇÃO CONFEDERATIVA**, o valor correspondente a **3% (três por cento)**, do salário do mês de **Maio/2011** e **3% (três por cento)**, do salário do mês de **Novembro/2011**.

Parágrafo 1º - As quantias descontadas deverão ser recolhidas até o dia 10 (dez) do mês de Junho de 2011, referente a 1ª parcela e até o dia 10 (dez) do mês de Dezembro de 2011, referente a 2ª parcela, através de guias próprias que serão encaminhadas pela entidade sindical profissional, na seguinte proporção:


a) **2%** (dois por cento) para a **Confederação Nacional dos Trabalhadores nas Indústrias da Alimentação e Afins;**

b) **98%** (noventa e oito por cento) para a **Federação dos Trabalhadores nas Indústrias de Carnes e Derivados, Indústrias da Alimentação e Afins do Estado de Santa Catarina - FETIAESC.**

Parágrafo 2º - O desconto é de inteira responsabilidade da entidade sindical profissional, sendo a empresa mera repassadora das importâncias descontadas.

Parágrafo 3º - As empresas remeterão a entidade sindical relação dos funcionários de quem foi efetuado o desconto da Contribuição Sindical e da Contribuição Confederativa, acompanhada de uma cópia da respectiva guia de recolhimento.

Florianópolis, 02 de fevereiro de 2011.



MIGUEL PADILHA
Presidente